

| Recebido: 20 Mar. 2025 | Aceito: 25 Abr. 2025 | Publicado: 15 Mai. 2025 |

O Hotel do ano 2000 da Varig: o capital financeiro-monopolista na ideologia do regime militar na Amazônia (1968 - 1976)

Varig's Hotel from the year 2000: monopoly finance capital in the ideology of the military regime in the Amazon (1968 - 1976)

Alan Faber do Nascimento¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4291-2177>

Resumo

Este estudo histórico busca demonstrar como a idealização do hotel Tropical Manaus, de propriedade da Companhia Tropical de Hotéis, subsidiária da empresa aérea Varig, sintetizava, tanto ideológica quanto estruturalmente, o desenvolvimento do turismo no país sob a ditadura civil-militar brasileira, iniciada em 1964. Assim, num primeiro momento, é evidenciada a forma pela qual a construção do hotel era, antes, expressão local de um processo global de monopolização e financeirização do capital no setor turístico. E, num segundo momento, tomando como referência o seu revolucionário projeto, feito pelo arquiteto Sérgio Bernardes, o que se observa é que a construção do Tropical Manaus se revestia de um caráter nacional, ao incorporar todos os chamarizes ideológicos dos militares, a exemplo do discurso da integração nacional. A investigação, de natureza qualitativa e exploratória, utiliza a pesquisa documental em jornais da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e a revisão bibliográfica.

Palavras-Chave: Regime Militar; Capital Financeiro-Monopolista; Ideologia da Integração Nacional.

Abstract

This historical study aims to demonstrate how the idealization of the Tropical Manaus hotel, owned by “Companhia Tropical de Hotéis, a subsidiary of the airline “Varig”, synthesized, both ideologically and structurally, the development of tourism in the country under the Brazilian military dictatorship, which began in 1964. Thus, at first, it is highlighted the way in which the construction of the hotel was, before, a local expression of a global process of monopolization and financialization of the tourism sector. And, in a second moment, taking as a reference its revolutionary project, made by architect Sérgio Bernardes, what can be observed is that the construction of Tropical Manaus had a national character, incorporating all the ideological decoys of the military, such as the discourse of national integration. And, for this, the investigation, of a qualitative and exploratory nature, uses

¹ Doutor em Geografia, Docente do curso de Turismo e do Mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, alan.faber@ufvjm.edu.br.

documentary research in periodicals from the Digital Hemeroteca of the National Library Foundation and bibliographic review.

Keywords: Military Regime; Monopoly-Finance Capital; Ideology of National Integration.

Introdução

Tem sido noticiado que o hotel Tropical Manaus, que já foi propriedade da extinta companhia aérea Varig, será reaberto. Fechado desde 2019, na esteira dos passivos deixados pela falência de sua antiga proprietária, a estimativa é que o hotel passe a receber hóspedes já no final de 2024, após a conclusão das reformas previstas para o empreendimento, que está localizado na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, à margem do rio Negro, na chamada Ponta Negra².

De modo geral, essa cobertura enfatiza os tempos áureos do Tropical Manaus, vividos entre os anos 1980 e 2000. Durante esses anos, o hotel se consagrou pelo requinte e pela sofisticação, por suas noites de Ano-Novo, ponto alto e concorrido do seu calendário turístico, e, claro, pelos ilustres hóspedes que recebeu. No caderno de visitas do hotel, chamado de *O livro de ouro*, figuram a cantora Gloria Gaynor, o escritor Gabriel García Márquez, o fundador da Microsoft, Bill Gates, o rei Charles III, o ex-presidente norte-americano Bill Clinton, e praticamente todos os presidentes do Brasil desde a redemocratização do país, como Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer.

Contudo, é pouco lembrado o período em que o hotel foi projetado, que coincidiu com a ditadura civil-militar no Brasil, a partir do golpe de 1964. Foi quando o Tropical Manaus adquiriu uma conotação mais político-ideológica, por estar imiscuído nos chamarizes discursivos do regime. E, assim, na euforia daqueles tempos desenvolvimentistas, o arquiteto Sérgio Bernardes idealizou que o Tropical Manaus seria um complexo turístico-hoteleiro protegido por uma cúpula de vidro em meio à floresta amazônica. Ademais, foi um momento em que, estruturalmente, o projeto do hotel expressava modificações profundas pelas quais o setor econômico do turismo passava, de que a Varig era um exemplo, ao criar a Companhia Tropical de Hotéis (CTH), à semelhança do que estavam fazendo outras aéreas pelo mundo.

Na tentativa de trazer essas questões a lume, busca-se demonstrar como o projeto do Tropical Manaus expressou o processo de monopolização-financeira do setor capitalista de viagens e a maneira segundo a qual isso foi captado, ideologicamente, pelos militares durante a ditadura civil-militar no Brasil. Para isso, a investigação, de natureza qualitativa e exploratória, é realizada com base em fonte primária e pesquisa bibliográfica. A fonte escolhida é o arquivo de jornais da hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional. Utilizando-se a palavra-chave “Tropical Manaus”, foram explorados os

² Ver, por exemplo, reportagem do jornal Folha de São Paulo intitulada *Tropical Hotel, de Manaus, acelera reforma e ganha data de reabertura* (Justo, 2024).

seguintes periódicos: o Jornal do Brasil, a Tribuna da Imprensa, o Correio da Manhã e o periódico amazonense Jornal do Commercio. O recorte temporal da investigação engloba o período entre 1968 e 1976, que demarca a efetiva idealização do projeto e a inauguração do Tropical Manaus.

As ocorrências encontradas foram exploradas uma a uma, por meio de leitura. A organização dos textos jornalísticos se deu com base em anotações em caderno de pesquisa, utilizando-se o seguinte expediente: marcação da data, do título e síntese da reportagem. Os dados históricos obtidos foram complementados por informações oriundas de pesquisa bibliográfica, realizada em acervo físico pessoal e em repositórios digitais de trabalhos acadêmicos.

Optou-se por não discriminar ao final as fontes primárias utilizadas, com o propósito de evitar um referencial muito longo e repetitivo – referenciou-se apenas o arquivo digital de cada jornal. Contudo, para ter acesso a essas fontes, basta usar a palavra-chave empregada pela pesquisa no buscador da hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional e procurar as respectivas edições dos periódicos pela data de publicação.

Espera-se que o que segue possa contribuir para os estudos históricos em turismo, sobretudo para aqueles que se interessam pela forma como a ditadura civil-militar moldou o desenvolvimento capitalista do setor turístico no país.

A Companhia Tropical de Hotéis: um monopólio no setor turístico-hoteleiro criado pelos incentivos fiscais da Embratur

A CTH surgiu, em janeiro de 1968, da união entre a empresa turística Realtur Hotelaria e a companhia aérea Viação Aérea Rio-Grandense, a Varig – sendo que a primeira delas, fundada em 1950, de propriedade do empresário gaúcho Armando Sander, era uma arrendatária de estabelecimentos hoteleiros, cuja atividade inaugural foi a locação do hotel das Cataratas, situado no Parque Nacional do Iguaçu, na cidade de Foz de Iguaçu. Com sede no estado de São Paulo, para o capital social da CTH, concorreram em partes iguais as duas empresas, o que, na época, equivalia a 1.340 mil cruzeiros novos (Jornal do Brasil, 26 novembro de 1971; Correio da Manhã, 31 de janeiro de 1969).

Principalmente durante o período do regime militar, a CTH formou uma ampla rede de hotéis distribuídos nas diversas regiões do país. A título de ilustração, em 1973, a CTH já se subdividia por todo o território nacional, por meio das seguintes sociedades coligadas: Companhia Tropical de Hotéis da Amazônia; Companhia Tropical de Hotéis do Nordeste, Companhia Tropical de Hotéis do Centro-Sul e a Companhia Tropical Hotel Tambaú – esta última uma subdivisão, especialmente, criada para o arrendamento do complexo hoteleiro projetado pelo renomado arquiteto carioca Sérgio Bernardes, no litoral de João Pessoa (Jornal do Brasil, 26 de julho de 1973).

Os relatórios anuais da diretoria da Varig, publicados à época na imprensa, confirmam o crescimento da CTH após o golpe de 1964. Por exemplo, no relatório de 1971, entre os investimentos realizados pela companhia, mencionavam-se a ampliação do hotel das Cataratas, o início das obras do

principal projeto hoteleiro da companhia, o Tropical Manaus, e a construção do hotel Santarém, localizado às margens do rio Tapajós (*Jornal do Brasil*, 23 de março de 1972). Já no relatório de 1972, informava-se que as obras dos hotéis amazônicos se desenvolviam de forma satisfatória e que novos projetos hoteleiros eram esperados, para o que a CTH havia criado mais uma subsidiária, a do Centro-Sul, responsável, naquele momento, por adquirir terrenos em Guarapari, no estado do Espírito Santo, e em Gramado, no estado do Rio Grande do Sul (*Jornal do Brasil*, 18 de abril de 1973). No relatório de 1973, por sua vez, observa-se um fato curioso das atividades da companhia: a importação de estruturas pré-fabricadas vindas da Itália e da França para a instalação de motéis (*Jornal do Brasil*, 07 de abril de 1974) – é que, originalmente, os motéis brasileiros foram pensados segundo o modelo norte-americano, o *motorist'hotel*, para hospedar quem estivesse nas estradas em viagem (Guedes & De Melo, 2021). E no relatório de 1975, enfatizava-se que, com a inauguração do Tropical Manaus, prevista para o ano seguinte, aliada à unidade de Santarém e de outra prevista para a cidade de Boa Vista, no estado de Roraima, a CTH controlaria, assim, a exploração turística dos principais rios da Amazônia: o Negro, o Solimões, o Amazonas, o Tapajós e o rio Branco (*Jornal do Brasil*, 26 de março de 1976).

Não obstante, havia um problema para a expansão futura da CTH. Mais precisamente, no relatório de 1976, a diretoria da Varig apontava, com preocupação, um gargalo que se anunciava para a companhia: a deterioração dos incentivos fiscais que a recém-criada Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) vinha concedendo à CTH, desde 1968, à luz do decreto n. 60224, de 1967 (*Jornal do Brasil*, 19 de abril de 1977)³.

Para entender o real motivo disso, é preciso começar explicando que esses incentivos faziam parte de um sistema de concessões fiscais que a Embratur passou a implementar, no mandato inaugural de Joaquim Xavier Silveira, com o intuito de modernizar o parque hoteleiro nacional e, assim, assegurar a recepção dos fluxos turísticos, sobretudo internacionais. Em essência, a atividade turística passava a ser incluída, ao lado do setor da pesca, do reflorestamento e dos setores econômicos abrangidos pela Superintendência da Amazônia (SUDAM), no sistema inaugurado pela criação da Superintendência do Nordeste (SUDENE), ainda no governo Juscelino Kubitschek. De modo que pessoas jurídicas dos diferentes setores econômicos do país passaram a obter deduções fiscais de imposto de renda, caso optassem, também, por empreendimentos turísticos – numa escala que, a depender da região, variava de 8% a 50%, sendo a alíquota máxima direcionada aos projetos situados nas áreas de influência da SUDAM e da SUDENE (Oliveira, 2015; Nascimento, 2022).

Interessante observar que o primeiro projeto hoteleiro aprovado pela Embratur para receber essa classe de recursos foi o Tropical Manaus da CTH. Com um valor de construção orçado em 89 milhões de cruzeiros, a companhia estaria apta a captar 44,5 milhões de cruzeiros em incentivos fiscais, isto é, metade do valor previsto para a edificação completa do hotel – até meados de 1971, por exemplo, para

³ O relatório anual da diretoria da Varig de 1974, relativo ao exercício de 1973, de número 48, publicado no *Jornal do Brasil* em 25 de março de 1975, não está legível na fonte histórica pesquisada.

o empreendimento, a companhia já havia recebido recursos fiscais na ordem de 1.623.754,14 milhão de cruzeiros (Correio da Manhã, 14 de maio de 1971).

A primazia da CTH no recebimento desses recursos é reforçada quando se observa o ranqueamento dos valores liberados para cada empreendimento aprovado pela Embratur. Com efeito, dos dez maiores projetos a receber incentivos fiscais, dois eram justamente da companhia: o Tropical Manaus, ao qual seriam concedidos os valores supracitados, e o hotel Tambaú, apto a receber 50% em incentivos dos 18 milhões de cruzeiros previstos para sua construção (Correio da Manhã, 20 de agosto de 1971).

Figura 1: Anúncio para investimentos em empreendimentos hoteleiros da Varig via incentivos fiscais.

Até 31 de dezembro, você pode ficar sócio da Varig sem gastar um tostão.

Você pode ganhar dinheiro junto com a Varig:
é só optar pela Embratur e aplicar na Companhia Tropical de Hotéis parte
do que você pagará de imposto ao governo em 73 ou do que V. já deduziu em 72.
A Companhia Tropical de Hotéis e suas coligadas são associadas da Varig:
isso significa hotéis cheios o ano todo.

Para isso, é só você destacar, em sua declaração de renda de pessoa
jurídica, que 25% do imposto devido será destinado
a Turismo Sudam. Lá a Companhia Tropical de
Hotéis da Amazônia tem o Tropical Hotel de
Santarém, o Tropical Hotel Manaus (aprovados
pela Embratur e Sudam), a serem inaugurados, e mais
projetos para Belém, Boa Vista, Porto Velho,
Rio Branco e cabanas flutuantes de luxo,
além de motéis na Transamazônica.

Você pode escolher Turismo Sudene também
com 25%; no Nordeste a Companhia Tropical de Hotéis
do Nordeste iniciará a construção de hotéis em Recife, São Luis e Porto Seguro.

Se você simplesmente optar por Turismo, a indicação é de 4% para a
Companhia Tropical de Hotéis Centro Sul, que tem propriedades em Guarapari,
Gramado e Belo Horizonte. E ainda sobram 21% para você aplicar em Turismo
Sudam ou Turismo Sudene.

Nos 25% destinados às opções de turismo,
já está considerada a exclusão das deduções
compulsórias para o PIN e Proterra.
Você faz uma aplicação líquida
de 25% em turismo.

Está aí a pista para você
ficar sócio da Varig: aterrissse nela.



VARIG



Informações:
São Paulo: Companhia Tropical de Hotéis
Av. Paulista, 1765, 1º and., Tel.: 287/6848
Rio: Varig, Sr. Paulo Bastos
Rua Almirante Silvio de Noronha, 365 - Tel.: 222/5141
Porto Alegre: Varig, Sr. Lídio
Rua XVIII de Novembro, 800 - Tel.: 22/6333

Consultoria para mercado de
capital e incentivos fiscais:
Novo Norte Corretora de
Valores Mobiliários e Câmbio Ltda.
Novo Norte Orientação
Econômica e Projetos Ltda.
Rua da Quitanda, 96-2º andar - Tel.: 35/5372 e 36/5667-São Paulo

Fonte: Jornal do Brasil, 08 de maio de 1973, p. 22.

Pode-se inferir que o privilégio CTH com a Embratur fosse consequência dos próprios benefícios que a Varig passara a receber do governo a partir do golpe de 1964. De fato, a Varig, presidida por Rubem Berta, empresário ligado aos militares, tornou-se, na ditadura civil-militar, *a empresa bandeira*, isto é, aquela que representava internacionalmente o país – até então, esse posto era da Panair do Brasil, cujo controle acionário pertencia aos empresários Celso da Rocha Miranda e Mario Wallace Simonsen, que, no jargão da caserna, eram, ideologicamente, próximos à velha política, aos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Apesar de ser a segunda maior corporação privada do país, isso não impediu que os militares cassassem, arbitrariamente, as concessões das linhas nacionais e internacionais da Panair do Brasil. Valendo-se de uma suposta crise financeira que colocava em risco a segurança dos seus voos comerciais, o governo do Marechal Castelo Branco, por determinação de uma exposição de motivos, exarada em 10 de fevereiro de 1965, arruinou não só a Panair do Brasil, como se apropriou de quase todo o patrimônio do seu grupo econômico, caso da subsidiária Companhia Eletromecânica (Celma), a mais avançada oficina da América Latina em manutenção de motores a jato e a pistão – o que foi facilitado, na Justiça, por um decreto de falência, também, arbitrário, em que um pedido de concordata fora negado pelo juiz responsável, gerando uma massa falida a ser, ao longo dos anos, liquidada a preços abaixo do mercado (Sasaki, 2015).

Nesse caso, o que chama a atenção é que, na madrugada da data em que se deu a cassação da Panair do Brasil, um avião da Varig, um *Boeing 707*, de matrícula PP-VJA, já estava estacionado na pista do aeroporto do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, e a postos para substituir as operações da concorrente naquele dia: um voo com destino a Frankfurt, na Alemanha, integrante das linhas europeias, as mais cobiçadas da época – e, se a questão era segurança de voo, sem perícia para isso, já que a companhia de Rubem Berta, até aquele momento, operava linhas, majoritariamente, para a América do Norte, para os Estados Unidos (Sasaki, 2015).

Talvez, por isso, houve quem desconfiasse dos incentivos fiscais recebidos pela CTH. Em editorial intitulado *Grande Expediente*, de Wilson Alves, o jornalista questionava o que lhe parecia uma distorção do sistema, ao permitir que empresas, que não tinham, necessariamente, a hotelaria como finalidade, fossem subsidiadas:

Pode (ou deve), uma empresa que vive às expensas das subvenções federais (como a Varig), declarando sempre ter prejuízo, desviar dinheiro que deveria ser utilizado na sua atividade principal que é a aviação comercial, para financiar hotéis de turismo que, somente na fase de projeto – como o Tropical de Manaus – está orçado em 80 milhões de cruzeiros? Somos da opinião que cada macaco deve continuar no seu galho! Para os céus, o avião, para o hotel, o empresário do ramo (Tribuna da Imprensa, 29 de novembro de 1970, p. 08).

Subsidiárias de outros grupos econômicos foram, igualmente, acusadas por motivos semelhantes. Foi o caso da Companhia Palmares - Hotéis e Turismo, subsidiária do grupo Sheraton.

Desconfiava-se que o grupo usasse os incentivos, não para financiar a construção de um hotel na praia do Vidigal, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, mas, sim, desvirtuando-o para o fluxo de caixa da matriz norte-americana, segundo apontado por Oliveira Bastos, em coluna denominada *Turismo às Avessas* (Correio da Manhã, 10 de abril de 1969) – suspeitas essas que só pioraram, haja vista que, num guia para o verão de 1970, o *Sheraton & Motels Inns*, a cidade do Rio de Janeiro aparecia como a capital da Argentina, embora por engano de impressão, conforme alegou depois o grupo Sheraton, o que nem assim diminuiu a indignação veiculada nos jornais, notadamente na imprensa carioca (Correio da Manhã, 11 de novembro de 1970).

Essas suposições, contudo, não conseguiam captar, em essência, o que, para seus autores, aparecia apenas como evasão fiscal, remessas de lucro ao exterior, enriquecimento com capital público, etc. Ainda que os anúncios da Varig fizessem acreditar que a construção de hotéis buscava levar a excelência verificada nos voos da empresa para o ramo hoteleiro – ou melhor, “um padrão de hospedagem equivalente ao padrão Varig-Transporte” (Jornal do Brasil, 18 de abril de 1968, p. 04) –, em termos do desenvolvimento histórico da atividade turística, o que se assistia era a concentração monopolista do setor.

Evidentemente, esse processo tinha uma feição complexa, global, e não particular. A começar pelas fusões, principalmente envolvendo companhias aéreas e cadeias hoteleiras, que marcaram o período. A título de ilustração, a United Airlines havia assumido o controle da Trans-Intercontinental Hotels e da cadeia Meliá; a Trans World Airlines (TWA), o grupo Hilton; a Air France criara a Meridien; a American Airlines, a American Hotels; e a Lufthansa e a Alitalia formaram a European Hotel Corporation (Santos, 2012). Conjuntamente a isso, é o momento em que as multinacionais chegam ao mercado de turismo no Brasil, caso dos grupos Sheraton, Hilton, Holiday Inn, Meridien, Novo Hotel e Club Med. E, igualmente, quando os grupos domésticos do setor começam a se expandir, caso do grupo Horsa, de propriedade de José Tjurs; do grupo Othon, do empresário Othon Lynch Bezerra de Mello, e da própria CTH – que, por exemplo, almejava acombarcar as principais etapas do consumo do produto turístico, monopolizando a venda de pacotes, por meio da Realtur Agenciamento, outra subsidiária do grupo, as passagens aéreas, por meio da Varig, e os meios de hospedagem, pelos hotéis da companhia espalhados pelo país (Solha, 2002; Müller, Hallal, Ramos e Garcia, 2011; Paiva e De Paula, 2017).

Eis a razão por que os incentivos fiscais concedidos pela Embratur privilegiaram, sobretudo, as grandes hoteleiras, responsáveis por projetos de hotéis de luxo, em detrimento de pequenas e médias iniciativas de meios de hospedagem, geralmente voltadas para atender o turismo interno, das classes médias urbanas. O resultado é que isso acabou reforçando o caráter dependente do setor turístico nacional, em consonância ao próprio desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro (Santos Filho, 2002).

Outrossim, não se pode excluir a hipótese de que, no caso específico da CTH, à semelhança do que se suspeitava das cadeias internacionais, acusadas de organizarem empresas turísticas locais para

fins de concentração do próprio capital, os incentivos fiscais fossem o motivo por que a companhia passasse a se interessar mais em construir complexos hoteleiros do que propriamente arrendar hotéis já existentes pelo país. É seguro aventar, inclusive, que a própria fundação da CTH resultasse dos incentivos fiscais.

Há que se considerar, ainda, o papel dos incentivos fiscais para a financeirização da atividade turística no país. Se é certo que, pelo menos desde a década de 1930, a partir da chamada era Vargas, o turismo já era pensado como uma atividade econômica, uma “indústria”, ou seja, um tipo de viagem que ia além do lazer e do intercâmbio cultural, foi, durante o regime militar, que frações mais dinâmicas e avançadas de capital passaram a, definitivamente, fazer parte da economia do setor – basta lembrar o papel que o regime desempenhou para a hegemonia do capital monopolista-financeiro, fração de capital essa a que a historiografia atribuiu uma das razões do golpe de estado, haja vista as tentativas do governo deposto em controlá-la, restringi-la (Ianni, 2019).

Verdade que se pode argumentar que o sistema de incentivos fiscais da Embratur apresentava muitos problemas, que envolviam desde o descompasso entre o montante de recursos aprovados e o que era efetivamente recebido por cada projeto; as altas comissões pagas a intermediários; e as reduções das cotas cabíveis ao setor de turismo que, em dado momento, passaram a ser feitas para o financiamento “de obras de interesse nacional”⁴. Ademais, para os críticos do sistema, ele ainda representava uma fase fiscalista de financiamento do parque hoteleiro, que se pretendia substituir por uma creditícia, baseada em mecanismos financeiros mais complexos, um discurso que ganhou força na Embratur a partir do mandato de Carlos Alberto Andrade Pinto, em 1970 (Nascimento, 2022).

Por outro lado, os incentivos fiscais permitiram que os diversos setores econômicos participassem da atividade turística. Afinal, os valores deduzíveis não eram depositados diretamente na conta das empresas optantes, mas, sim, convertidos em ações primárias, que asseguravam dividendos fixos, dividendos preferenciais ou participação nos lucros dos empreendimentos contemplados. O resultado é que, de montadoras de veículos a bancos comerciais, a atividade turística tornou-se, para uma variedade de empresas, uma opção de investimento de capital (Nascimento, 2022).

Portanto, à vista desse duplo processo de monopolização e financeirização do setor turístico, explica-se o porquê de o sistema de incentivos fiscais ter sido renovado, mesmo com a criação do Fundo Nacional do Turismo (FUNGETUR), em 1971, – e, também, para fins desta investigação, aquelas preocupações apontadas pela diretoria da Varig, quando da inauguração do Tropical Manaus.

⁴ No caso, passou-se a descontar 2,5% dos 8% dedutíveis em imposto de renda dos projetos turísticos localizados no centro-sul, para financiar a construção das estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém (Correio da Manhã, 19 de junho de 1970).

A maquete do futuro: o Tropical Manaus na ideologia do progresso e da integração nacional

O projeto do Tropical Manaus foi, primeiramente, idealizado pelo escritório do arquiteto carioca Sérgio Bernardes, ainda em 1963. O hotel seria erguido às margens do rio Negro, na chamada Ponta Negra, a aproximadamente 15 km da capital do estado, Manaus. Reza a lenda que a escolha do local proveio de um encantamento pelo qual foram tomados Erik Carvalho e José Rochedo, então presidente e vice-presidente da Varig, acompanhados de Emílio Vaz de Oliveira, representante local da empresa aérea, e do presidente da CTH, Armando Sander, numa viagem de prospecção a esse sítio mítico e folclórico do Amazonas (Jornal do Commercio, 15 de junho de 1968).

Concretamente, fato é que a localização do Tropical Manaus antecipava o que seria a essência da política, materializada em planos, programas e projetos, para o desenvolvimento do turismo na região amazônica durante o período da ditadura civil-militar: construir complexos turísticos e hoteleiros em áreas periurbanas da Amazônia, propícias a oferecerem, a um só tempo, o exotismo da floresta e dos rios, com os serviços urbanos necessários para a viagem turística (Andrade e Tavares, 2012; Todesco, 2014).

Em linhas gerais, a proposta de Sérgio Bernardes se baseava na criação de um domo hemisférico, estruturado em metais, com uma vedação translúcida em vidro, de 300 metros de diâmetro e 150 metros de altura, no interior do qual seria abrigado um complexo turístico-hoteleiro. Entre as estruturas previstas, haveria, por exemplo, um cinema espacial, conceito de sala baseado na projeção simultânea em três telas, a fim de criar uma ambiência tridimensional; um aquário tubular por onde circulariam, em um dos tubos feito em plexiglas (material plástico formado por polímeros de metacrilato de metilo), um igarapé e, no outro, os turistas, numa espécie de visitação subaquática; e, no centro da cúpula, uma torre em formato cilíndrico de apartamentos, onde os quartos dos hóspedes dispensariam janelas, em razão do microclima criado artificialmente, cuja temperatura variaria entre 22 e 24 graus centígrados, e a umidade relativa do ar, entre 40% a 50% (Almeida, 2020).

A inspiração do projeto vinha do arquiteto Buckminster Fuller, que havia concebido algo semelhante para o pavilhão norte-americano da Exposição Universal de 1967, a Expo 67, realizada em Montreal, no Canadá, com quem Sérgio Bernardes manteve contato pessoal em viagens ao exterior e, por meio de troca de cartas. Ao transplantar o modelo para os trópicos, a ideia era que, protegido pela cúpula contra as intempéries do clima local, o turista poderia desfrutar *in situ* da paisagem, sem que isso prejudicasse o seu conforto. Mais especificamente, para o arquiteto carioca:

Não adianta trazer o turista e confiná-lo numa sala com ar condicionado, por melhor que fosse a arquitetura. O turista vem em busca do trópico e espera encontrá-lo primeiro. Arquitetura tem que ser neutra. E a técnica do domo é talvez o primeiro ensaio, no mundo, de um conjunto habitacional, de características permanentes que pode ser feito tanto nas zonas frias, como nas tórridas (...) Assim sendo o hotel não fere a Natureza; ele tangencia a Natureza que passa a ser um processo de ação econômica e não coisa da ação econômica (Jornal do Brasil, 17 de abril de 1968, p. 03).

É digno de nota o fato de Sérgio Bernardes considerar que a arquitetura deveria ser uma ciência neutra. E isso porque, em razão de toda tecnologia envolvida no seu projeto, não se pode negar que o Tropical Manaus servia muito bem ao discurso do progresso propalado à exaustão naqueles tempos. Em matéria intitulada *O Futuro da Selva*, descrevia-se, dessa forma, a percepção de quem se hospedaria no hotel: “o turista chega à floresta amazônica, virgem de explorações, e, como que por magia, depara-se com um gigante domo de vidro construído com os recursos mais modernos da ciência e da tecnologia”. Em *Tropical: o hotel revolucionário*, o ideal moderno de controle científico sobre a natureza é citado para que a “antediluviana floresta amazônica, com seus bichos, suas águas, seus ruídos e seus mistérios” pudesse ser aproveitada pelo turista, mas sem riscos, uma vez que “por dentro da redoma, que protege sem isolar o mundo pré-histórico da clareira do ano 2000”. E em *Hotel Tropical Manaus – símbolo do Amazonas: futuro nasce amanhã*, Erick Carvalho e Armando Sander figuravam como os “capitães do progresso brasileiro”, porquanto eram homens que haviam acompanhado “a ação do governo federal e de todos os patriotas, no elevar as condições do progresso e bem-estar da Amazônia”, e a quem o Estado estaria em débito, devido ao arrojo, deles e de suas empresas, “por esse empurrão no desenvolvimento” (Jornal do Brasil, 18 de março de 1970, p. 6; Correio da Manhã, 05 de janeiro de 1968, p. 06; Jornal do Commercio, 1968, p. 01).

O tema da integração nacional era outro ponto comum do projeto com as ideologias que vigiam na época. Deve-se explicar que o projeto do hotel Tropical Manaus estava inserido num contexto histórico em que o turismo passava a ser vislumbrado como mais um vetor para a ocupação econômica da Amazônia. Com efeito, a Zona Franca de Manaus, que gerou um crescente fluxo de pessoas e mercadorias para o estado do Amazonas; a proximidade geográfica de Manaus com importantes emissores de turistas, caso dos Estados Unidos; as rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, em torno das quais surgiam restaurantes, hotéis, postos de gasolina, e a criação do aeroporto internacional Eduardo Gomes, em substituição do aeródromo de Ponta Pelada, tudo isso concorria para que a atividade turística fosse planejada para catalisar o setor de serviços, que, por sua vez, estimularia outros setores, como a indústria e a agropecuária (Andrade e Tavares, 2012).

Não é por outra razão que, na cerimônia de abertura do *I Seminário de Turismo da Amazônia*, realizado em 1971, o então ministro da Indústria e do Comércio, órgão ao qual a Embratur estava subordinada, Pratini de Moraes, elevou a Amazônia à posição de “maior patrimônio turístico” do país – o que, para ele, não era apenas mérito dos atrativos exóticos locais, comparáveis apenas aos da Ásia, do Pacífico e da África, mas a um papel histórico que a região reservava para o devir do turismo nacional, o de “servir de ligação entre a fase final de desenvolvimento do turismo interno com a fase inicial de nossa investida ao mercado internacional” (Jornal do Brasil, 30 de novembro de 1971, p. 24).

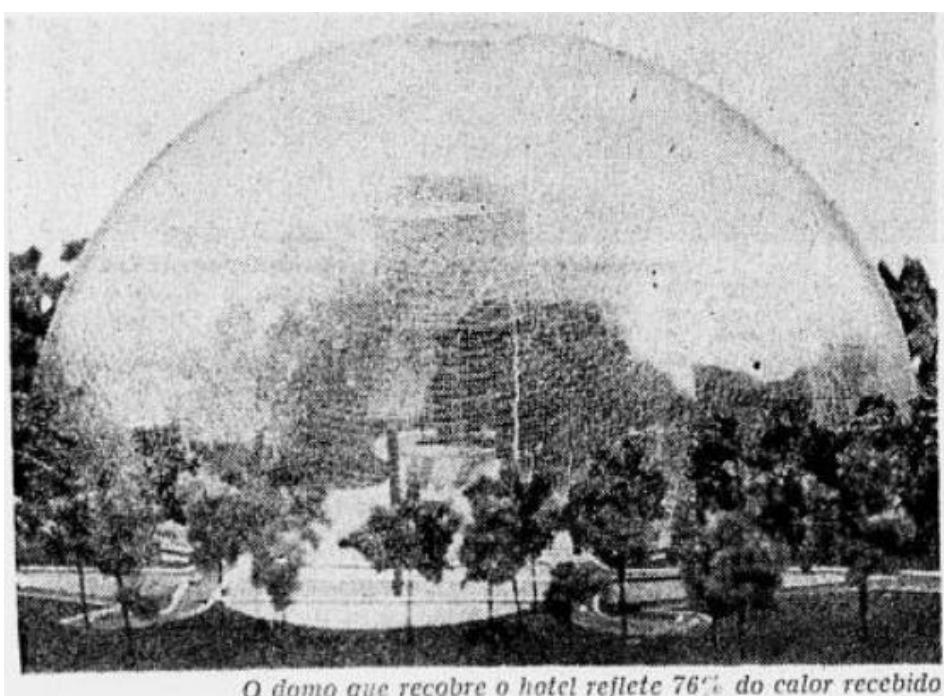
Trata-se, portanto, de uma fala que reforça a tese segundo a qual, em consonância à doutrina da integração nacional, o desenvolvimento da região amazônica era uma condição para o próprio desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Nessa perspectiva, a região é, ideologicamente, interpretada

como um obstáculo à modernização do país, do que resulta a intervenção do Estado, por meio de políticas, programas e projetos que, embora nominalmente locais e regionais, são, antes, de caráter global, estruturante. E, assim, a própria ideia de região, os interesses econômicos específicos, os atores políticos locais ficam em segundo plano, ou mesmo, perdem toda a relevância, em proveito de formas mais avançadas de capital, caso do capital financeiro-monopolista (Soares, 2021).

Ademais, ao situar simbolicamente essa mudança na evolução histórica do turismo no Brasil na Amazônia, consubstanciada na massificação das viagens, por meio da inclusão do país nos fluxos turísticos internacionais, carreava-se para o setor turístico tudo aquilo que era enunciado, propalado, para outros setores da economia. Um exemplo é a agricultura nacional, cuja modernização capitalista coincidiu com a expansão da fronteira agrícola para os chamados *vazios demográficos* e que dependeu fortemente da militarização para superar os impasses que se interpunham ao desenvolvimento do capital no campo (Martins, 2009). Do que resulta a necessidade de incluir, também, o desenvolvimento do turismo na agenda ideológica reservada para a região – o que, decerto, favorecia os objetivos expansionistas da CTH.

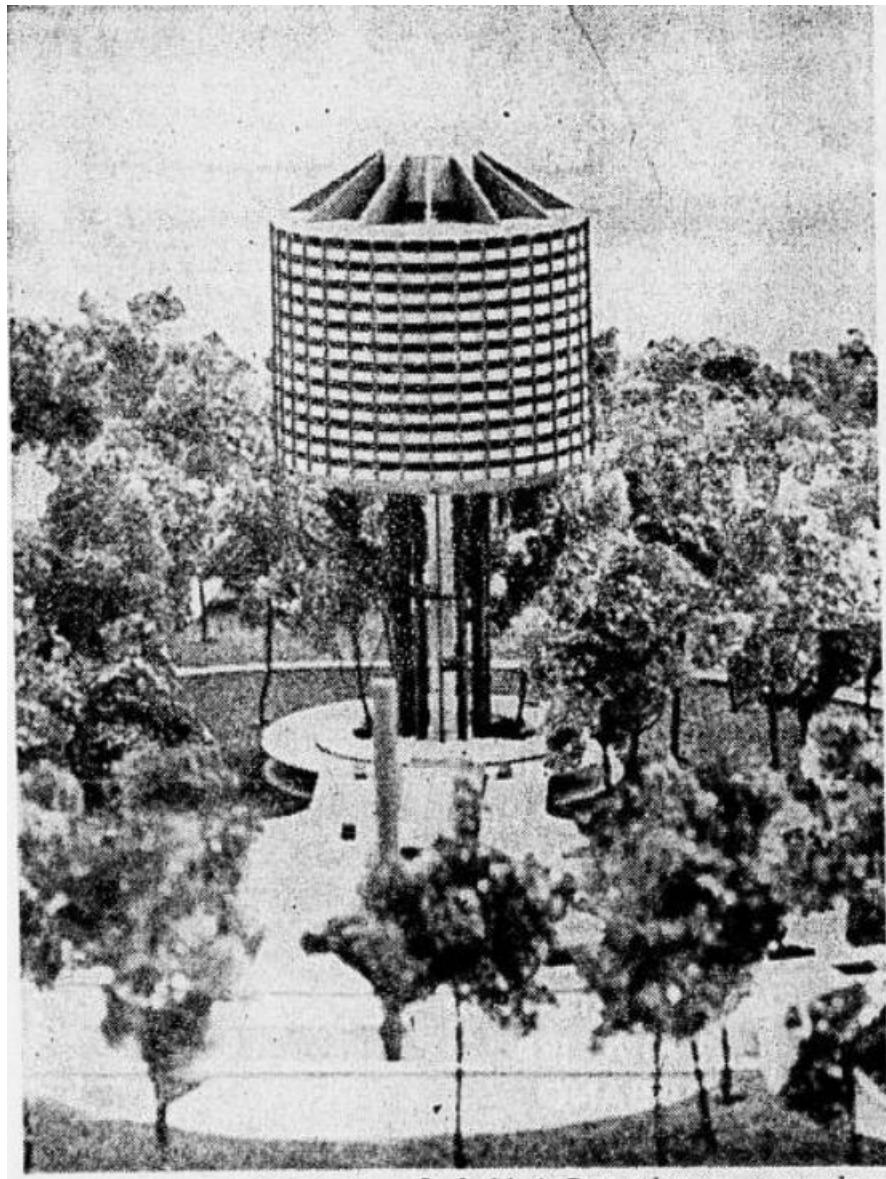
O problema era que, para isso, a Amazônia deveria ter hotéis em condições de receber o turista estrangeiro. O que, até então, não era o caso. Prova disso é o que se dizia sobre o hotel Amazonas, um dos principais de Manaus à época: dos quartos ao restaurante, da conservação do imóvel aos serviços hoteleiros, o estabelecimento não tinha “qualquer condição de hospedar um modesto cidadão do interior, quanto mais um turista que vai ao Amazonas descobrir as belezas da região” (Jornal do Brasil, 30 de março de 1972, p. 03).

Figura 2: Cúpula no interior da qual estaria o hotel Tropical Manaus.



Fonte: Jornal do Brasil, 18 de março de 1970, p. 06.

Figura 3: Prédio de apartamentos do Tropical Manaus no interior do domo.



Esta é a concepção de Sérgio Bernardes que, começada a obra, levará apenas 27 meses para se tornar realidade

Fonte: Jornal do Brasil, 18 de março de 1970, p. 06.

Ainda que o relatório anual da diretoria da Varig de 1972 apontasse que as obras do Tropical Manaus se desenvolviam de forma satisfatória, um exame do que se passou desde a proposição do projeto, quase uma década atrás, desfaz qualquer ilusão a respeito da alcunha que o hotel recebeu dos seus idealizadores, o *Hotel do ano 2000* (Jornal do Brasil, 17 de abril de 1968, p. 05). Basta lembrar que, um ano antes, ainda desconfiado dos privilégios que a CTH angariava dos militares, o jornalista Wilson Alves frustrava a euforia noticiando que, do canteiro de obras, vinham informações de que a construção havia parado, e, pior, sem que isso tivesse sido comunicado aos investidores e às autoridades competentes – o que lhe parecia incabível, afinal, “um projeto de 89 milhões com uma captação

autorizada de 44 milhões e quebrados (...) pode paralisar suas obras sem dar satisfações”? (Tribuna da Imprensa, 8 de maio de 1971, p. 08).

Na verdade, as obras do Tropical Manaus não seguiram nem sequer um cronograma linear, homogêneo. Malgrado a necessidade de vê-lo concluído tão logo, a inauguração do hotel foi protelada algumas vezes. Noticiou-se que o conjunto estaria concluído em 1970. Depois, a previsão passou para 1973. Em seguida, para 1975. E, finalmente, em 1976, o hotel foi inaugurado. Muito embora, sublinhe-se, não segundo o projeto de Sérgio Bernardes, porque, quatro anos antes, em 1972, a Varig desfez o contrato com ele, contratou outro arquiteto, que se incumbiu de projetar uma construção ao estilo neocolonial (Jornal do Brasil, 18 de junho de 1968; Correio da Manhã, 21 de maio de 1972, Jornal do Brasil, 20 de agosto de 1974).

Embora tenha sido idealizado antes do golpe militar de 1964, pode-se afirmar que o projeto do Tropical Manaus somente começou durante a vigência do regime autoritário. Em janeiro de 1968, no mesmo mês da fundação da CTH, é quando a Varig comprou o lote de terra de 445.817 metros quadrados, onde seria construído o hotel. Nesse mesmo ano, é que o projeto do hotel foi incluído, de forma pioneira, no sistema de incentivos fiscais da Embratur. E foi, também, o momento em que, em setembro de 1968, Sérgio Bernardes embarcou para a cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, para se encontrar com Buckminster Fuller, provavelmente a fim de discutirem e trocarem informações sobre a viabilidade técnica das soluções arquitetônicas adotadas para o empreendimento (Almeida, 2020; Paiva e De Paula, 2017).

Tudo leva a crer que, tecnicamente, não havia nenhum problema com o projeto do Tropical Manaus, especialmente no que dizia respeito ao domo climatizador que cobriria todo o complexo hoteleiro. É o que se verificou em teste realizado na cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo, a cargo do Centro Técnico da Aeronáutica do Brasil (CTA), sob responsabilidade do professor Joaquim Blessmann, ainda um dos poucos especialistas que havia sobre o estudo da ação do vento em grandes construções. Na oportunidade, a maquete do hotel, coberta por uma cúpula de cera, foi colocada à prova num túnel de vento aerodinâmico. O experimento demonstrou que a cúpula planejada para o hotel, “a maior cúpula do mundo”, seria capaz de suportar ventanias de até 200 quilômetros por hora – tal como se mostrara segura, no mesmo teste, a estrutura concebida para o projeto do Parque Anhembi, similarmente contemplado pelos incentivos fiscais da Embratur e tido como “a maior construção de duralumínio do mundo” (Jornal do Commercio, 1970, p. 01).

No que se refere a sua viabilidade econômica, tampouco, parecia haver objeções. Até porque o projeto do Tropical Manaus obteve indicações favoráveis para o recebimento tanto de créditos estatais, caso do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), para cujo diretor da época, Aluísio Pinto Moura, o Tropical Manaus urgia ser transformado em realidade, quanto de origem privada, a exemplo de financiamento obtido no exterior no valor de um milhão de dólares, intermediado pelo próprio Sérgio Bernardes (Jornal do Commercio, 21 de dezembro de 1969; Jornal do Commercio, 19 de janeiro de

1969). Ademais, num parecer realizado pela consultoria José Carlos Leone e Associados - Consultores Industriais, concluiu-se que a rentabilidade do empreendimento era “extremamente atrativa assegurando em curto prazo aos investidores (...) proveitos apreciáveis dos recursos aplicados” (Jornal do Commercio, 01 de maio de 1968, p. 16).

A maior prova de que não havia nada de errado com o projeto de Sérgio Bernardes foi a confiança nele depositada pelos altos escalões do regime militar. A inauguração do canteiro de obras e as visitas para supervisionar o andamento do projeto são testemunhas disso. Em 16 de junho de 1968, o ministro do interior, Affonso Augusto Albuquerque Lima, em companhia do governador do estado da Guanabara, Negrão Lima, lançou a pedra fundamental do Tropical Manaus. Nesse marco inicial, foram despejadas as águas do rio Guaíba, que banha o estado do Rio Grande do Sul, para simbolizar o entrelaçamento entre as sedes da Varig e do empreendimento, cada uma situada num extremo do país, num ato que reforçava o caráter nacional, integrador, do projeto – ao que foi seguido pelo benzeimento do canteiro de obras pelo arcebispo de Manaus, dom João de Souza Lima, e por discursos das autoridades ali presentes, a começar pelo próprio ministro do interior, mas, também, do presidente da Varig, da Embratur, entre outros (Jornal do Commercio, 18 de junho de 1968).

Um mês depois, em agosto de 1968, foi o presidente do Brasil, o general Artur da Costa e Silva, já em final de mandato, que visitou a Ponta Negra para inspecionar a formação do canteiro de obras do Tropical Manaus. Um dos pontos altos dessa visita foi quando Sérgio Bernardes apresentou-lhe a maquete do Tropical Manaus, que recebeu, da cobertura jornalística do evento, o epíteto de *maquete do futuro*.

Figura 4: Costa e Silva, acompanhado por Sérgio Bernardes, conhece a maquete do Tropical Manaus.



Fonte: Jornal do Commercio, 14 de agosto 1968, p. 01.

Não há muitas informações sobre o que se passou entre as solenidades inaugurais do canteiro de obras do Tropical Manaus e o rompimento do contrato entre a Varig e o escritório de arquitetura de Sérgio Bernardes. Os jornais cobriram muito pouco sobre o assunto. Em vez disso, o que se observa são alguns fatos fragmentados, como a encomenda de blocos pré-fabricados vindos do Japão, e a notícia de que Sérgio Bernardes podia ser processado pela CTH, caso não apresentasse um segundo projeto, porquanto o primeiro fora considerado inviável (*Jornal do Commercio*, 02 de julho de 1970; *Correio da Manhã*, 27 de maio de 1971).

São, igualmente, superficiais as manchetes acerca do novo projeto do Tropical Manaus. Sabe-se que, em junho de 1971, representantes da Varig anunciaram que o projeto original do hotel havia sido trocado (*Jornal do Commercio*, 28 de agosto de 1971). O que se nota é que, a partir de 1972, os jornalistas passaram a discorrer, genericamente, sobre a construção do hotel, o ritmo das obras, o mobiliário adquirido, as previsões de inauguração, sem enfatizar, contudo, que se tratava de outro projeto, o do arquiteto Arnaldo Furquim.

A tese mais aceita é que, não obstante os estudos favoráveis, a diretoria da Varig acabou percebendo que o projeto idealizado por Sérgio Bernardes, pela complexidade do conceito, era, na prática, inviável, não importando quantas readaptações fossem feitas (Vieira, 2006; Paiva e De Paula, 2017; Almeida, 2020). O que é paradoxal. Ainda que se parecesse uma obra de ficção científica – e isso mesmo aos olhos de hoje –, muitos não só acreditaram, como se envolveram, encamparam e participaram ativamente do projeto do Tropical Manaus, que, inclusive, vale lembrar, havia sido contemplado para receber incentivos fiscais da Embratur.

Longe de ser apenas um projeto inacabado, uma ideia utópica ou mesmo uma maquete que nunca se concretizou, o Tropical Manaus era representativo da mentalidade e do imaginário criados para o Brasil pelos militares. Donde, é possível conjecturar que o lapso na cobertura jornalística tenha sido resultado da censura ou mesmo da cumplicidade dos meios de comunicação⁵.

Afinal, o que Sérgio Bernardes havia projetado incorporava os principais chamarizes ideológicos do regime: o desenvolvimentismo, o progresso econômico, a doutrina da segurança nacional, a integração da Amazônia. E, talvez, por isso, quando se abandonou o projeto, fosse melhor esquecer o que havia se passado.

⁵ Almeida (2020) também identificou em seu trabalho acadêmico, na área de arquitetura, sobre o Tropical Manaus, a ausência de cobertura jornalística a respeito do encerramento do contrato entre Sérgio Bernardes e a Varig.

Considerações Finais

Ao expressar, ideológica e estruturalmente, o período em que o país esteve sob o regime militar, a história do Tropical Manaus serve, também, para propor e encaminhar algumas questões para os estudos históricos em turismo.

De imediato, o envolvimento da Embratur no financiamento do hotel chama a atenção para um tema que precisa ser mais bem explorado pela historiografia: a criação da Embratur pelos militares em 1966. De modo geral, o tema tem sido estudado pelo lado da comercialização do produto turístico no exterior e, em particular, de como isso foi feito por um meio condenável: a erotização da imagem da mulher brasileira. Sem querer subtrair a importância desses estudos, cumpre que sejam mais bem pesquisadas as razões econômico-estruturais que estiveram por trás da criação da empresa. Foi a Embratur que se incumbiu dos incentivos fiscais concedidos à modernização do parque hoteleiro brasileiro, algo central para que o setor turístico no país ingressasse em sua fase monopolista-financeira.

Outro ponto que merece destaque são os privilégios que os militares concederam a grupos econômicos nacionais do setor de turismo, a exemplo da Varig. O que não somente reforça a tese de que se estava perante uma ditadura civil-militar, como, mais especificamente, suscita o debate sobre as peculiaridades autoritárias da história do desenvolvimento turístico no Brasil. Afinal, se é verdade que o processo de monopolização e financeirização do setor coincidiu com o período em que os militares estiveram no poder, algo parecido pode ser aventado em relação à industrialização do fenômeno turístico no país, que teve seu impulso inicial, igualmente, em tempos de outra ditadura, a do Estado Novo, nos anos 1930 e 1940.

A esse propósito, surpreende como o turismo foi completamente incorporado à agenda ideológica do regime militar, aos arroubos desenvolvimentistas que marcaram o período. Decerto, um indicativo de possíveis obstáculos que se interpuseram ao desenvolvimento capitalista do setor e que deveriam ser superados a *manu militari*. É o caso do discurso da integração nacional que avalizava, ideologicamente, em âmbito nacional, o capital financeiro-monopolista, de que a expansão da CTH era um exemplo.

O que, entretanto, não recebeu a mesma atenção que tiveram outros setores da vida econômica, social e política. Certamente, sobre o Tropical Manaus, não se escreveu tanto quanto a respeito da Transamazônica ou das usinas nucleares de Angra I, II e III. De qualquer modo, assim como estas, o *Hotel do ano 2000* foi revestido de uma aura nacional, cuja história é reveladora dos impasses que ainda pesam sobre nós.

Referências

ALMEIDA, Marcelo Jabor de Oliveira. **Vestígios de um futuro:** ou o Hotel Tropical de Sérgio Bernardes sob a ótica do redesenho. 2020. 282 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/26677>.

ANDRADE, Terrence Keller; TAVARES, Maria Goretti. O projeto de integração Amazônica visto pela turistificação dos lugares. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 14, 2012.
<https://journals.openedition.org/confins/7466>.

BRASIL. **Decreto** n. 60224, 16 de fevereiro de 1967. Regulamenta o Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreta/1960-1969/decreto-60224-16-fevereiro-1967-400926-publicacaooriginal-1-pe.html>.

CORREIO DA MANHÃ. **Acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.** Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

GUEDES, Ciça; DE MELO, Murilo Fiúza. **Os motéis e o poder:** da perseguição pelos agentes de segurança ao patrocínio pela ditadura militar. São Paulo: Editora Murilo Fiúza, 2021. 299 p.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 360 p.

JORNAL DO BRASIL. **Acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.** Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

JORNAL DO COMMERCIO. **Acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.** Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

JUSTO, Gabriel. Tropical Hotel, de Manaus, acelera reforma e ganha data de reabertura. **Folha de São Paulo**, 02 de março de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2024/03/tropical-hotel-de-manaus-acelera-reforma-e-ganha-data-de-reabertura.shtml>.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 192 p.

MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa; RAMOS, Margarida da Graça Gomes; GARCIA, Tania Elisa Morales. O despertar do turismo: a década de 1970. **Tourism & Management Studies**, v. 1, p. 692 - 700, 2011. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388743867063>.

NASCIMENTO, Alan Faber do. Turismo, uma indústria de base? Um estudo histórico sobre o sistema de incentivos fiscais da Embratur (1963-1972). **Revista Turismo em Análise**, v. 33, n. 3, p. 147 - 167, 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v33i3p147-167>.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução:** elegia para uma re(ligião). São Paulo: Boitempo, 2015. 278 p.

PAIVA, Ricardo Alexandre; DE PAULA, Paula Vale. Tropical Hotel de Manaus (1963) de Sérgio Bernardes: Turismo, modernidade e invenção. **Thesis**, v. 2, n. 4, p. 182 - 202, 2017. <https://doi.org/10.51924/revthesis.2017.v2.108>.

SANTOS, Fabíola Martins dos. **Geografia das redes hoteleiras**: Mundo, Brasil, Santa Catarina. 2012. 397 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, 2012. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_413b1d49c256acc53902af6a9953db5f.

SANTOS FILHO, João. O Turismo em nossa latinidade: uma nova forma de colonização. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 17, p. 1 - 8, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40633>.

SASAKI, Daniel Leb. **Pouso Forçado**: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. 488 p.

SOARES, Filipe Menezes. **Amazônia da ditadura**: uma história dos rios e das estradas na colonização do tempo presente. Curitiba: Appris, 2021. 309 p.

SOLHA, Karina Toledo. Evolução do Turismo no Brasil. In: REJOWSKI, Miriam (org.) **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002. p. 117 - 153.

VIEIRA, Mônica Paciello. **Sérgio Bernardes**: arquitetura como experimentação. 2006. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/677651.pdf>.

TODESCO, Carolina. Políticas de Turismo para a Amazônia Legal: de estratégia de ocupação e exploração econômica a um modelo alternativo de desenvolvimento. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6., 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: Estudios Territoriales, 2014. p. 4709 - 4724. Disponível em: https://www.academia.edu/download/68828681/Anais_6cieta.pdf.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.



Este artigo está disponível em acesso aberto sob a Licença Creative Commons Attribution, permitindo uso ilimitado, distribuição e reprodução em qualquer formato, desde que a obra original seja devidamente creditada.